
Ventos de Santo Onofre III
Energias Renováveis S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 18 de março de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written over a diagonal line that extends from the top left towards the bottom right.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A**Balço patrimonial****Em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	9.793	8.615	Fornecedores (Nota 10)	354	237
Contas a receber (Nota 7)	2.150	2.056	Contas a pagar – CCEE (Nota 11)	13.131	9.130
Partes relacionadas (Nota 8)	2.032	2.099	Partes relacionadas (Nota 8)	15.661	14.690
Impostos a recuperar	46	31	Arrendamentos a pagar (Nota 12)	109	104
Outros ativos	318	351	Obrigações fiscais e trabalhistas	85	66
Total do ativo circulante	14.339	13.152	Dividendos a pagar (Nota 8)	1.751	1.751
			Outros passivos	8	8
			Total do passivo circulante	31.099	25.986
Não circulante			Não circulante		
Intangível (Nota 9)	52	53	Contas a pagar - CCEE (Nota 11)	6.131	4.530
Imobilizado (Nota 9)	94.506	100.976	Arrendamentos a pagar (Nota 12)	2.779	2.978
Total do ativo não circulante	94.558	101.029	Partes relacionadas (Nota 8)	21.810	30.870
			Impostos diferidos (Nota 18)	8.717	7.486
			Provisão para desmobilização (Nota 13)	4.252	3.610
			Total do passivo não circulante	43.689	49.474
			Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	34.729	34.729
			Reserva de lucros		3.992
			Prejuízos acumulados	(620)	
				34.109	38.721
Total dos ativos	108.897	114.181	Total do passivo e patrimônio líquido	108.897	114.181

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações continuadas		
Receita líquida da venda de energia (Nota 15)	17.599	17.343
Custos de operação (Nota 16)	<u>(11.886)</u>	<u>(9.157)</u>
Lucro bruto	5.713	8.186
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(841)	(54)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>4.872</u>	<u>8.132</u>
Despesas financeiras (Nota 17)	(8.641)	(9.040)
Receitas financeiras (Nota 17)	388	168
	<u>(8.253)</u>	<u>(8.872)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.381)</u>	<u>(740)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	(1.231)	(1.293)
Prejuízo do exercício	<u>(4.612)</u>	<u>(2.033)</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	<u>(0,13)</u>	<u>(0,06)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(4.612)	(2.033)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>(4.612)</u>	<u>(2.033)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A
Demonstração das mutações no patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Capital		Reservas de lucros				Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2020	40.001	(5.272)	369	5.273	383		40.754
Prejuízo do exercício						(2.033)	(2.033)
Destinações:							
Reversão de reservas				(2.033)		2.033	
Em 31 de dezembro 2020	40.001	(5.272)	369	3.240	383		38.721
Prejuízo do exercício						(4.612)	(4.612)
Destinações:							
Reversão de reservas			(369)	(3.240)	(383)	3.992	
Em 31 de dezembro de 2021	40.001	(5.272)				(620)	34.109

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.381)	(740)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício		
Depreciação e amortização (Nota 16)	6.719	6.703
Baixas de imobilizado e ao intangível (Nota 9)	146	28
Atualização provisão para desmobilização (Nota 17)	642	678
Despesas financeiras com arrendamento (Nota 17)	232	221
Juros s/cessão de recebíveis (Nota 17)	7.714	8.091
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber de cliente	(94)	86
Impostos a recuperar	(15)	74
Outros ativos	33	(306)
Partes relacionadas	(1.470)	(452)
Fornecedores	117	(45)
Contas a pagar – CCEE	5.602	4.797
Obrigações fiscais e trabalhistas	19	(41)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	16.264	19.094
Juros pagos	(7.714)	(8.091)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.550	11.003
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e ao intangível (Nota 9)	(484)	(40)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(484)	(40)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(6.552)	(6.553)
Pagamento de arrendamentos (Nota 12)	(336)	(372)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.888)	(6.925)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.178	4.038
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.615	4.577
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9.793	8.615
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.178	4.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S.A. – (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2013, com sede na cidade de Simões - PI, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Onofre III. A Companhia é controlada pela Ventos de São Tito Holding S.A.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia entrou em operação comercial, conforme Despacho nº 4.071, de 17 de dezembro de 2015, emitido pela ANEEL.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada MW</u>	<u>Energia Assegurada MWh/ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Onofre III	Piauí	Simões	30,0	146.292	Setembro de 2015	Setembro de 2035

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de março de 2022.

(a) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 16.760 (2020 - R\$ 12.834), devido principalmente ao saldo entre partes relacionadas impactado essencialmente pelo contrato de cessão de recebíveis entre a companhia e sua controladora Ventos de São Tito Holding devido ao modelagem de financiamento adotado junto ao BNDES/Debêntures de Infraestrutura, e também devido as contas de ressarcimento(CCEE), devido ao não atingimento dos níveis de geração de energia contratadas nos últimos anos. A Companhia tem atuado fortemente para maximizar o nível de disponibilidade técnica dos ativos e desde 2020 já vem alcançando uma melhoria significativa nesse sentido.

A Companhia faz parte do Grupo Cubico e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. A Companhia possui compromisso formal de sua controladora de prover, caso necessário, suporte financeiro para o bom andamento de suas operações.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ratifica que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

(c) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em, 5 de agosto de 2014, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de setembro de 2015, ao preço de R\$ 128,30, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir 18 de dezembro de 2015, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

O limite contratual aceito, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado, observando-se que quando o fornecimento estiver entre 90% e 100% será aplicada uma penalidade de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de setembro do ano corrente até agosto do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.

2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras e passivo de arrendamento que são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(b) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Administração avalia os seus ativos financeiros e identificou que não existem impactos de *impairment* a serem reconhecidos, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, histórico ou expectativa de perdas.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 9, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5).

2.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 2021 e 2020, não foram identificados indicativos de perdas.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Arrendamentos operacionais

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque eólico.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 12.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Provisão para desmobilização

A Companhia reconhece provisão para desmobilização referente às obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

2.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia adota o regime de lucro real.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.13 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

Incentivo Federal

A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (Dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No ano de 2016 a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2025. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

2.14 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22

A Companhia avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

2.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras:

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem.

(b) Conta de ressarcimento–CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(c) Provisão para desmobilização

Reconhecimento da obrigação futura pelo valor justo dos custos associados ao encerramento do ativo explorado.

(d) Valor justo do passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	354		
Partes relacionadas	15.661	4.169	17.641
Arrendamentos	109	118	2.661
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	237		
Partes relacionadas	14.690	5.901	24.969
Arrendamentos	104	113	2.865

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total das obrigações partes relacionadas: (Nota 8)	37.471	45.560
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(9.793)</u>	<u>(8.615)</u>
Dívida líquida (a)	<u>27.678</u>	<u>36.945</u>
Total do patrimônio líquido	<u>34.109</u>	<u>38.721</u>
Total do capital (b)	<u>61.787</u>	<u>75.666</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	45%	49%

4.3 Gestão de risco climático

A Companhia possui uma equipe de gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.4 Estimativa do valor justo

Conforme mencionado, apenas os passivos de arrendamento estão mensurados a valor justo, demais ativos e passivos estão mensurados ao custo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	9.793	8.615
Contas a receber (Nota 7)	2.150	2.056
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>2.032</u>	<u>2.099</u>
	<u>13.975</u>	<u>12.770</u>
Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	354	237
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>37.471</u>	<u>45.560</u>
	37.825	45.797
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	<u>2.888</u>	<u>3.082</u>
	<u>40.713</u>	<u>48.879</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Disponibilidades:</u>		
Bradesco S.A.	47	55
Santander S.A.	<u>31</u>	<u>592</u>
	78	647
<u>Aplicações financeiras (a):</u>		
Santander S.A.	<u>9.715</u>	<u>7.968</u>
	9.715	7.968
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>9.793</u>	<u>8.615</u>

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

De acordo com o contrato de energia de reserva – CER, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela Companhia desde o primeiro quadriênio até o término do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Conforme o CER, a apuração do saldo acumulado da energia (energia faturada e o montante efetivamente disponibilizado) será feita em dois processos, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos processos serão realizados.

O saldo acumulado de energia, anualmente apurado, observará a faixa de tolerância a qual limita a geração a uma margem inferior a até 10% (dez por cento) abaixo do valor da energia contratada referente ao período considerado e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período. Sendo a geração que supere estes limites considerada fora da faixa de tolerância. Os valores a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim compostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber referente a venda de energia(a)	2.115	1.928
Outras contas a receber (b)	<u>35</u>	<u>128</u>
Total circulante	<u>2.150</u>	<u>2.056</u>

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento do parque eólico, a vencer em janeiro de 2022.
- (b) Refere-se a contas a receber junto a Gamesa decorrente de penalização por descumprimento da garantia de disponibilidade e contas a receber junto ao Consórcio Conexão cuja Companhia é parte integrante. Esses valores serão recebidos no decorrer de 2022.

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Partes Relacionadas

Ativo circulante	Operação	2021	2020
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	2.032	2.099
Passivo circulante	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A.	Nota de débito (a)	144	22
Ventos de Santo Onofre I	Nota de débito (a)	44	51
MS Participações Societárias S.A	Nota de débito (a)		108
Eólica Bela Vista Geração e Comerc.	Nota de débito (a)		2
Eólica Icarai Geração e Comerc.	Nota de débito (a)		1
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	153	
Ventos de São Tito Holding S.A	Cessão de recebíveis (b)	15.320	14.506
		<u>15.661</u>	<u>14.690</u>
Passivo não circulante	Operação	2021	2020
Ventos de Santa Joana II	Nota de débito (a)		355
Ventos de Santo Onofre I	Nota de débito (a)		1.337
Ventos de São Tito Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	21.810	29.178
		<u>21.810</u>	<u>30.870</u>
Dividendos a pagar	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A	Dividendos (c)	1.751	1.751
Despesas financeiras	Operação	2021	2020
Ventos de São Tito Holding S.A	Cessão de recebíveis (b)	(7.714)	(8.091)

- (a) Refere-se a saldo da Companhia decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.
- (b) Refere-se a cessão de recebíveis pela controladora Ventos de São Tito Holding S.A. para a Companhia, para permitir os investimentos necessários à construção dos parques eólicos, com prazo de pagamento de 14 anos e taxa de juros de 0,35% a.m. conforme Nota 17 (a).
- (c) Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios de 2017 a 2019 e ainda não pagos

A taxa praticada entre as partes relacionadas é reduzida uma vez que os recursos captados no grupo para financiamento de longo prazo dos projetos foram obtidos perante o BNDES com taxas reduzidas, dessa forma, a administração entende que as mesmas se aproximam da realidade no contexto do grupo. Caso a natureza e origem dos recursos fosse distinta, os efeitos na posição econômico-financeira e no resultado poderia ser diferente.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários são pagos pelo acionista.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado e Intangível

	2021		2020		Depreciação o % a.a.
	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido	
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	128.096	(38.207)	89.889	96.154	5
Direitos de uso – Arrendamentos (b)	3.157	(532)	2.625	2.895	
Bens em operação	224	(10)	214	22	10 a 20
Desmobilização	2.540	(762)	1.778	1.905	5
Projetos	72	(20)	52	53	5
Total – Imobilizado e intangível	134.089	(39.531)	94.558	101.029	

- (a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedido pela ANEEL.
(b) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico, conforme informado na Nota 12.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme mencionado na Nota 2.5, a Administração da Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios de em 2021 e 2020, não identificou indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	<u>Aerogeradores e estrutura do parque eólico</u>	<u>Bens em operação</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Arrendamentos (*)</u>	<u>Projetos</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 1º de janeiro de 2020	127.972	1	2.540	2.997	69	133.579
Aquisições	16	24		250		290
Baixas	(28)					(28)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>127.960</u>	<u>25</u>	<u>2.540</u>	<u>3.247</u>	<u>69</u>	<u>133.841</u>
Aquisições	282	199			3	484
Baixas	(146)			(90)		(236)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>128.096</u>	<u>224</u>	<u>2.540</u>	<u>3.157</u>	<u>72</u>	<u>134.089</u>
Depreciação						
Em 1º de janeiro de 2020	(25.412)		(508)	(176)	(13)	(26.109)
Depreciação	(6.394)	(3)	(127)	(176)	(3)	(6.703)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(31.806)</u>	<u>(3)</u>	<u>(635)</u>	<u>(352)</u>	<u>(16)</u>	<u>(32.812)</u>
Depreciação	(6.401)	(7)	(127)	(180)	(4)	(6.719)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(38.207)</u>	<u>(10)</u>	<u>(762)</u>	<u>(532)</u>	<u>(20)</u>	<u>(39.531)</u>
Saldo contábil, líquido						
Em 31 de dezembro de 2020	<u>96.154</u>	<u>22</u>	<u>1.905</u>	<u>2.895</u>	<u>53</u>	<u>101.029</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>89.889</u>	<u>214</u>	<u>1.778</u>	<u>2.625</u>	<u>52</u>	<u>94.558</u>

(*) O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arteche Equipamentos e Sistemas	12	12
Siemens Gamesa Energia Renovável	17	40
Fornecedores CUST	101	90
Brasil Assessoria e Consultoria Ambiental		6
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A		86
Bela Vista Construção e Prest. de Serv. Ltda	66	
Edilene Maria de Sousa Carvalho e Cia Ltda	14	
Arth Wind Services e Consulting	39	
Avanti Brasil Sistemas Eolicos	50	
Proaltitude Soluções para Trabalhos	14	
Speedy Security Service Ltda	18	
Outros	23	3
Total circulante	<u>354</u>	<u>237</u>

11 Contas a pagar - CCEE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia (a)	19.262	13.660
Total	<u>19.262</u>	<u>13.660</u>
Circulante	13.131	9.130
Não circulante	6.131	4.530
Total	<u>19.262</u>	<u>13.660</u>

- (a) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CER. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. No fechamento do último ano de suprimento pela CCEE ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais que são feitos em 12 parcelas não seriam realizados até uma definição por parte da Aneel sobre a questão do *constrained-off*, a Companhia manteve o valor de R\$ 12.118 (2020: 8.418) referente aos ressarcimentos não efetuados no passivo circulante.

12 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, com prazo médio de 46 anos, o valor de direitos de uso reconhecidos no ativo imobilizado está especificado na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 22 contratos de arrendamentos e reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na Nota 2.7.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,02% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.983
Remensuração (a)	250
Juros apropriados	221
Pagamentos	(372)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.082
Remensuração (a)	(90)
Juros apropriados	232
Pagamentos	(336)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.888
Circulante	109
Não Circulante	2.779

(a) A Companhia revisa periodicamente os contratos de arrendamento. A remensuração ocorrida decorrente da mudança dos valores estimados para o fluxo de pagamentos futuros de acordo com a performance de geração/receita.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2021	2020
Até 12 meses	109	104
De 13 a 24 meses	118	113
De 25 a 36 meses	127	122
De 37 a 48 meses	138	131
De 49 a 60 meses	149	142
Acima de 61 meses	2.247	2.470
Total	2.888	3.082

Resultado com arrendamento

Impactos na demonstração do resultado	2021	2020
Despesas com depreciação e amortização	(180)	(176)
Despesas financeiras	(232)	(221)
Total - impacto na despesa líquida	(412)	(397)

13 Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 4.252, (2020: R\$ 3.610) registrada no passivo não circulante.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito é R\$ 40.001 e integralizado é R\$ 34.729 e está representado por 40.001.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

<u>Acionista</u>	<u>Capital</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Ventos de São Tito Holding S.A.	40.001	40.001.000	100

(b) Aumento e redução de capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

(c) Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia.

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havendo, portanto, destinação de lucros.

15 Receita líquida de vendas de energia

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>		
Venda de energia (a)	18.265	18.000
<u>Impostos sobre vendas</u>		
Pis / Cofins	(666)	(657)
Total	<u>17.599</u>	<u>17.343</u>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Custo operacional e despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depreciações e amortizações	(6.719)	(6.703)
Encargos de uso do sistema de transmissão – CUST (a)	(1.146)	(1.064)
Apoio operacional e manutenção (b)	(3.001)	(844)
Gastos com pessoal (c)	(1.013)	(171)
Serviços de terceiros	(349)	(166)
Despesas com seguros	(240)	(176)
Despesas tributárias		(8)
Despesas de viagens	(26)	
Despesas gerais	(233)	(79)
Total	<u>(12.727)</u>	<u>(9.211)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custos de operação	(11.886)	(9.157)
Despesas gerais e administrativas	(841)	(54)
Total	<u>(12.727)</u>	<u>(9.211)</u>

- (a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.
- (b) O incremento de custos para 2021 é decorrente dos custos com O&M de aerogeradores e consumo de sobressalentes que se iniciaram em 2021
- (c) O incremento de gastos com pessoal é decorrente de novo critério de rateio dos gastos com pessoal em 2021.

17 Receitas e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(22)	(19)
Juros de cessão de recebíveis (a)	(7.714)	(8.091)
Atualização provisão para desmobilização	(642)	(678)
Atualização financeira de arrendamentos	(232)	(221)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(18)	(8)
Juros passivos	(3)	(12)
Outras despesas financeiras	(10)	(11)
Total de despesas financeiras	<u>(8.641)</u>	<u>(9.040)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	387	164
Juros ativos	1	3
Descontos recebidos		1
Total de receitas financeiras	<u>388</u>	<u>168</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.253)</u>	<u>(8.872)</u>

- (a) Refere-se aos juros decorrentes do contrato de cessão de recebíveis com a Ventos de São Tito Holding S.A (Nota 8).

Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes do IR e CS	(3.381)	(740)
(+) Adições (temporárias e permanentes) (i)	891	811
(-) Exclusões (temporárias e permanentes) (i)	<u>(4.641)</u>	<u>(4.686)</u>
(=) Prejuízo fiscal	(7.131)	(4.615)

(i) Os ajustes temporários referem-se basicamente a adições de provisões e exclusões de diferenças de depreciação contábil/fiscal

O imposto de renda e a contribuição social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se referem também ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base nas diferenças temporárias de adições e exclusões ao lucro real.

	<u>2021</u>	<u>2010</u>
Ajustes temporários, líquidos acumulados	<u>26.063</u>	<u>22.371</u>
IRPJ – 15% e adicional 10%	6.371	5.472
CSLL – 9%	<u>2.346</u>	<u>2.014</u>
Saldo passivo acumulado	<u>8.717</u>	<u>7.486</u>
Efeito no resultado do exercício	<u>1.231</u>	<u>1.293</u>

19 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 259.986 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos na operação.

20 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *